

RESENHA: O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro.

Camila Ferracini Origuéla

Mestranda em Geografia – FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente

e-mail: ferracinicamila@yahoo.com.br

RESENHA DE: CASTILHO, Alceu Luís. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro.** São Paulo: Contexto, 2012, 238p.

Alceu Luís Castilho é formado em Jornalismo desde 1994 pela Universidade de São Paulo (USP). Foi repórter do jornal *O Estado de São Paulo* (1994-2001), fundador e diretor-executivo da Agência Repórter Social (2003-2010). Ao longo de sua carreira jornalística recebeu diversos prêmios: Fiat Allis de Jornalismo Econômico (1999), Vladimir Herzog (2004), Direitos Humanos de Jornalismo (2004), Andifes (2007). Recebeu em 2007 o título de jornalista Amigo da Criança, pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância e foi, neste mesmo ano, finalista do Prêmio Esso com a reportagem *Câmara Bilionária*. Atualmente, além da carreira como jornalista, cursa graduação em Geografia pela USP.

Comprometido com um jornalismo em defesa dos direitos humanos e sociais, Alceu Luís Castilho lançou recentemente o livro *O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro*, no qual expõe de maneira didática quem são os políticos eleitos nos anos de 2008 e 2010 (ou 2006 no caso de 27 senadores e 54 suplentes) proprietários de terras no Brasil e como estes detêm uma parcela do território nacional. Para isto, o autor reuniu, comparou e analisou mais de 13 mil declarações de bens apresentadas pelos candidatos ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). São senadores, deputados federais, deputados estaduais, governadores, vice-governadores, vice-presidente da República, prefeitos e vice-prefeitos que juntos possuem pelo menos 2,03 milhões de hectares declarados à Justiça Eleitoral. Desta forma, o autor revela um Brasil agrário dominado por alguns poucos homens públicos.

O livro é composto por 5 capítulos, além de uma breve apresentação. No primeiro capítulo, “O território”, o autor revela a dimensão da posse da terra por políticos eleitos em 2008 e 2010. São aproximadamente 1,2% do território nacional ou 4,4 milhões de hectares controlados por estes políticos, sendo que 2,3 milhões de hectares foram declarados pelos próprios proprietários à Justiça Eleitoral. Acontece que, estes 2,3 milhões de hectares apresentados equivalem a apenas R\$ 1,37 bilhões dos R\$ 2,16 bilhões declarados em imóveis rurais, os R\$ 785 milhões restantes, seguindo a mesma lógica, corresponderia a 1,3 milhões de hectares não informados somados a 1,1 milhão de hectares de empresas controladas por estes políticos. Os dados apresentados pelo autor, ainda que exorbitantes, expõem apenas uma parte desta realidade. Estas propriedades têm se multiplicado não só nas Unidades da Federação em que estes políticos foram eleitos, mas, sobretudo, fora delas, corroborando na migração das posses para áreas de fronteira agrícola, sobretudo, para as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

No segundo capítulo, “O dinheiro”, o autor dispõe acerca dos preços das terras declaradas pelos políticos à Justiça Eleitoral. Estes valores em alguns casos são extremamente pequenos, pois a Justiça considera como válido os valores históricos dos imóveis. A evolução patrimonial destes políticos também é discutida. Além da aquisição de propriedades rurais, estes políticos atuam em diferentes atividades agropecuárias, como: usinas de cana-de-açúcar, frigoríficos, indústrias de alimentos, mineradoras, madeireiras, entre outras. Um exemplo claro disto é o caso do deputado mais rico do Brasil, o alagoano João Lyra (PTB), que declarou em 2010 a Usina Lagina Agroindustrial S/A, de açúcar e álcool no valor de R\$ 213 milhões. Estes homens públicos controlam parte significativa do

território nacional e, ainda, empresas no ramo do agronegócio. Estes elementos explicam a existência no país de políticos que dominam a produção de soja e gado, por exemplo, além da mineração.

No terceiro capítulo, “A política”, há detalhes a respeito dos partidos políticos que concentram o maior número de proprietários de terras, com destaque para o PMDB, seguido do PSDB, PR e PP. O autor também retrata neste capítulo a lógica de atuação da bancada ruralista no Congresso Nacional, que possui grande capacidade de organização e articulação em assuntos que lhes são de interesse como, por exemplo, o novo Código Florestal Brasileiro. A maior parte destes políticos proprietários de terras representam poderes e interesses regionais ou locais e se perpetuam no poder por meio da transmissão familiar de cargos públicos, conformando uma espécie de coronelismo, segundo o autor. Grande parte destes políticos, principalmente governadores, deputados federais, estaduais e senadores receberam para a campanha política de 2010 mais de R\$ 50 milhões de grupos ligados ao agronegócio como, por exemplo, o Grupo Friboi (JBS) que doou mais de R\$ 30 milhões, a Cosan R\$ 3,8 milhões, Bunge Fertilizantes R\$2,72 milhões, Cutrale R\$ 1,89 milhão e Marfrig Frigoríficos R\$ 1,2 milhão. Dentre as empresas financiadoras de campanhas, algumas já foram acusadas de cometer irregularidades ambientais e, até mesmo, trabalho escravo.

No quarto capítulo, “O ambiente”, há informações sobre 69 madeiras e serrarias que estão entre os bens dos políticos eleitos, e os estados do Amazonas, Rondônia, Pará e Mato Grosso são alvos deste tipo de atividade. O autor cruzou os dados referentes ao “arco do desmatamento”, lista dos municípios que mais desmataram no país segundo o IBAMA, com as informações a respeito dos políticos com propriedades rurais nestes municípios, que equivale a 95 mil hectares. Deste modo, o arco do desmatamento no Brasil coincide com os arcos do trabalho escravo, assassinatos de camponeses e posse de latifúndios por políticos eleitos.

No último e quinto capítulo, “Excluídos”, o autor apresenta, primeiramente, casos de políticos eleitos envolvidos em denúncias de trabalho escravo, segundo, em assassinatos e, por fim, em ameaças de morte, relatando o quão violento é o campo brasileiro e a participação de políticos nesta barbárie social. O autor apresenta alguns dos casos mais emblemáticos da história recente do Brasil no que diz respeito a mortes no campo como: o assassinato da missionária Dorothy Stang em 2005, os massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás em 1995 e 1996 e a execução de líderes camponeses na Paraíba. Evidenciando que o acesso a terra no Brasil é repleto de conflitos.

Alceu Luís Castilho conclui afirmando que embora o livro seja uma espécie de reportagem, levanta a tese de que não existe apenas uma bancada ruralista no Brasil, mas, sim, um sistema político ruralista que controla parte do território nacional, formado por clãs familiares e financiado pelo agronegócio.